



Medicina Veterinária do
Coletivo-UFPR



PROJETO **MEDICINA**
VETERINÁRIA
DE **ABRIGOS**

Dinâmica populacional em abrigos de cães e gatos

Importância do controle de entrada e saída na gestão e no bem-estar animal

Texto técnico modificado de POLATO, H. Z.; GALDIOLI, L.; FERRAZ, C. P.; MAUSSON, N. F. T.; GARCIA, R. C. M. Dinâmica populacional em abrigos de cães e gatos. Revista Clínica Veterinária, v. 150, p. 12-18, 2021.

Abrigos são locais de passagem, destinados a manter animais domésticos em ambientes coletivos, principalmente devido à situação de vulnerabilidade que antes se encontravam, com destaque para os maus-tratos e o abandono, funcionando como um verdadeiro refúgio aos animais que deles precisam (SOUZA, 2015). Nesse critério, podem ser incluídas também instituições públicas (Centro de Controle de Zoonoses ou Unidade de Vigilância em Zoonoses), privadas ou mistas. Suas ações são baseadas nos 4 R's da Medicina de Abrigos: resgate seletivo, recuperação, ressocialização e reintrodução na sociedade por meio da adoção (GARCIA, 2019). Além disso, possuem objetivo de propagar conceitos de guarda responsável e bem-estar animal, fomentando a prevenção ao abandono.

Em grande parte dos municípios brasileiros, os abrigos de organizações não governamentais ou protetores independentes possuem uma função social de extrema relevância, fazendo parte e sendo fundamentais para o manejo populacional de cães e gatos. Muitas vezes, carecendo de políticas públicas voltadas à prevenção do abandono, são as únicas ferramentas que a cidade possui para promoção da guarda responsável, adoção e controle reprodutivo de cães e gatos. Entretanto, os abrigos não são a solução para os animais abandonados a longo prazo, exigindo a implementação permanente e complexa de um programa de manejo populacional. Mesmo funcionando como casas de passagem para a recuperação, tratamento e ressocialização, abrigos exigem grandes esforços para a sua manutenção e para a promoção de bons níveis de bem-estar dos animais (GARCIA, 2019).

A idealização de um abrigo se inicia com a definição da sua missão e da sua visão, o que auxiliará nas diretrizes do projeto. Determinados pontos devem ser considerados e seguidos à risca, com planejamento dos recursos financeiros e humanos para a promoção de instalações apropriadas para a espécie trabalhada viver em coletivo, número adequado de animais, registro e identificação dos mesmos, oferta de tratamentos veterinários, ações para que a duração da estadia seja a menor possível e implantação e monitoramento da eficiência de seus programas (NEWBURY et al., 2018; ARRUDA et al., 2019). Deve-se atender às necessidades psicológicas, sociais e comportamentais dos animais, propiciando-lhes riqueza de estímulos, afeto e interação (SOUZA, 2015). Uma falha em qualquer um desses pontos, acarreta em privação de estímulos positivos e/ou consequências negativas que muitas vezes são irreparáveis para o animal (CALDERÓN; MEJIA; GONZÁLEZ, 2019).

Destoando da maioria dos abrigos existentes em países como os Estados Unidos da América (EUA) e do que a literatura daquela região afirma, os abrigos brasileiros possuem particularidades que ainda não conseguem ser supridas. Enquanto lá os abrigos são estruturas planejadas e que normalmente recebem animais diretamente de seus antigos tutores, no Brasil, na maioria dos casos, são locais improvisados que recebem dezenas de resgatados todos os meses, de forma desenfreada e sem critério. A divergência cultural limita que muitas das técnicas e manejos lá realizados possam ser aqui aplicadas.

A operação acima da capacidade de prover cuidados acarreta maior exposição às doenças, aumento no estresse, mistura aleatória de animais e, conseqüentemente, conflitos sociais e acomodações precárias, comprometendo seriamente os níveis de bem-estar dos animais alojados (SOUZA, 2015). Mesmo com o avanço da ciência de Medicina de Abrigos no Brasil, o ideal ainda está longe de ser alcançado. A educação em guarda responsável e em saúde é primordial para que, de fato, os primeiros sinais de mudança possam ser visualizados e tenham impacto em uma comunidade.

Os problemas físicos e principalmente psicológicos que são gerados por essa desorganização e desconhecimento sobre o tema por parte de gestores, funcionários, voluntários e médicos-veterinários resultam em graves alterações na saúde do animal e em seu bem-estar. A diminuição significativa na sua chance de adoção leva os abrigos a tornarem-se moradia definitiva da maioria

dos cães e gatos, que ficam até o final de suas vidas alojados, contribuindo para a manutenção da alta densidade populacional. O aumento no tempo de estadia exerce um efeito nocivo sobre as experiências e necessidades dos animais, dessa forma, o tipo de cuidado e de enriquecimento ambiental fornecido aos animais de abrigos deve ser proporcional ao seu período de permanência (PATRONEK; SPERRY, 2001; CALDERÓN; MEJIA; GONZÁLEZ, 2019).

De forma ideal, os abrigos devem atuar como casa de passagem para os animais abandonados, os recolhendo e os reintegrando à sociedade por meio da adoção. No entanto, muitas vezes estão além do seu limite de capacidade total, tanto pela sua estrutura, quanto seus recursos financeiros e humanos. Dessa forma, é de extrema importância seguir fundamentos da Medicina de Abrigos que estão relacionados a proposituras de políticas externas e internas a serem implementadas. Uma das medidas para evitar não só um número excessivo de alojados dentro da estrutura do abrigo, mas também para conhecer o histórico e viabilizar melhores programas preventivos e de manejo, é realizar os registros dos animais e analisar a dinâmica populacional (DP).

Dinâmica Populacional (DP) em abrigos de cães e gatos

Cada organização tem uma capacidade limitada para a prestação de cuidados aos animais, assim como acontece em domicílios particulares (NEWBURY et al., 2018). A peça-chave para o bom funcionamento e efetividade de um abrigo, está baseada em uma boa gestão e políticas internas bem definidas e seguidas rigorosamente (ARRUDA et al., 2018), com especial destaque para avaliações relativas à entrada e saída de animais, levando em consideração critérios para resgate, admissão, permanência no abrigo e para saídas, desde a adoção até a possibilidade de eutanásia (GARCIA, 2019).

A dinâmica populacional (DP) é uma das políticas organizacionais de um abrigo e pode ser definida como a variação na quantidade de indivíduos em determinada população. Cada item analisado em uma DP pode ser denominado como um “indicador” das condições gerais do abrigo. Por meio desses indicadores, é possível transformar aspectos quantitativos (utilizando os números de admissões, adoções, mortalidade e morbidade) em aspectos qualitativos, já que a partir das métricas obtidas é possível conseguir informações confiáveis da realidade local, evitando ou trabalhando para evitar a

problemática do crescimento populacional desordenado e seus impactos negativos, e inevitáveis, sobre a população alojada. Além disso, por meio da DP, é possível monitorar as subpopulações do abrigo, as métricas e os objetivos pré-definidos pela gestão a partir dos seus recursos humanos e financeiros (POLATO; GALDIOLI; ROCHA, 2022).

Os principais indicadores da DP para análise estatística são: (1) entrada/admissão, (2) número de adoções (saída); (3) número de mortalidade (saída); (4) número de morbidade; (5) número de devolução (POLATO; GALDIOLI; ROCHA, 2022).

Fazer esse tipo de avaliação é uma forma eficiente de evitar a alta densidade populacional e as consequências negativas que trazem para os animais, como aumento de lesões, doenças e mortes, em virtude da elevação do nível de estresse e de contaminação, da redução do espaço e do conforto, da redução da qualidade e quantidade de alimento, do aumento de brigas e de diferentes alterações comportamentais¹; além disso, ajuda a garantir que a quantidade de funcionários seja adequada para tratar todos os animais. Um número suficiente de pessoas deve ser designado para cumprir de forma eficaz as tarefas diárias. Segundo a *National Animal Control Association* (NACA, Associação Internacional de Controle dos Animais) deve-se dedicar, no mínimo, 15 minutos diários para a alimentação de cada animal alojado no abrigo e para a limpeza de cada recinto, sendo 9 minutos para a limpeza e 6 minutos para a alimentação (NACA, 2009). Mais do que evitar que eles passem por situações que lhes promovam emoções negativas, como fome, sede ou dor, os abrigos devem estimular nos animais um estado emocional positivo, através de enriquecimento ambiental e oportunidades para se comportarem da maneira que considerem mais gratificante, com possibilidade de interações sociais e de expressão de comportamentos próprios da espécie (NEWBURY et al., 2018; CALDERÓN; MEJIA; GONZÁLEZ, 2019).

Realizar o controle e monitoramento da população de animais ao longo do tempo é uma parte primordial para um manejo populacional efetivo e oferta de uma melhor qualidade de vida. Cada entrada e saída (adoção, eutanásia ou morte) deve ser bem documentada, assim como qualquer ocorrência que venha a acontecer ao longo da estadia do animal. Esse controle é uma forma de facilitar o manejo dos animais, estabelecer a quantidade de animais que poderá ser

admitida, facilitar a avaliação da capacidade de atendimento do abrigo, para avaliação dos cuidados oferecidos e dos pontos que podem e devem ser melhorados. O rastreamento da incidência de doenças na entrada (enfermidades preexistentes) e durante a permanência no abrigo (por exposição prévia ou adquirida no alojamento) é uma prática também recomendada. Instituir limites para resgates de acordo com a capacidade de prover cuidados naquele momento é um diferencial e tornará o abrigo mais preparado para fornecer altos níveis de bem-estar.

Pensando em auxiliar abrigos do Brasil a iniciarem esse processo, os residentes em Medicina Veterinária do Coletivo do Programa de Residência Multiprofissional em Área da Saúde do Hospital Veterinário da Universidade Federal do Paraná, em parceria com o Instituto PremierPet®, elaboraram uma planilha dinâmica (Figura 1) e de fácil entendimento para que médicos-veterinários, gestores e funcionários tenham, de forma prática e rápida, uma visão do histórico e da atual situação que o abrigo se encontra em relação à sua densidade populacional e, também, à prevalência de enfermidades.

Figura 1 - Tabela de controle mensal de abrigo parceiro para avaliação da Dinâmica Populacional

Controle Mensal Dinâmica Populacional Abrigos												
2020												
Quantidade de Lares Temporários	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Dados Gatos												
Lar Temporário												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Total no Dia 1	80	80	80	80	65	65	65	97				
Entrada	45	29	25	36	41	39	45	31				
Adoção	17	13	14	33	52	45	30	35				
Mortalidade	0	0	0	0	0	0	0	1				
Morbidade	4	4	4	0	0	0	0	4				
Saldo Mensal População	108	96	91	83	54	59	80	92	0	0	0	0
Abrigo												
Total no Dia 1	154	190	183	248	206	178	166	85				
Entrada	56	37	32	81	91	88	100	97				
Adoção	47	54	52	86	61	53	51	65				
Mortalidade	1	6	6	4	6	2	3	3				
Morbidade	65	60	77	81	53	42	48	36				
Saldo Mensal População	162	167	157	239	230	211	212	114	0	0	0	0

Fonte: os próprios autores.

Em formato Excel, a planilha é dividida entre animais alocados no abrigo e animais alocados em Lares Temporários (LTs). Para ambos é possível preencher as lacunas “Total de animais no dia 1, Entrada, Adoção, Mortalidade e Morbidade”. De forma automática, a planilha mostrará a população total de animais sob cuidado do abrigo no mês em questão. Ainda, ao completar o

preenchimento de um ano, a planilha mostrará, também de forma automática, as taxas (em porcentagem) das variáveis acima citadas da dinâmica populacional (Figura 2).

Figura 2 - Taxa das variáveis da Dinâmica Populacional em abrigo parceiro

Taxas das Variáveis da Dinâmica Populacional - Gatos			
Taxa de Entrada		Taxa de Morbidade	
Lar Temporário	47,55%	Lar Temporário	2,61%
Abrigo	41,28%	Abrigo	32,77%
Total	43,18%	Total	23,64%
Taxa de Adoção		População Total	
Lar Temporário	39,05%	Lar Temporário	663
Abrigo	33,26%	Abrigo	1492
Total	35,01%	Total	2155
Taxa de Mortalidade			
Lar Temporário	0,16%		
Abrigo	2,20%		
Total	1,58%		

Fonte: os próprios autores.

Essa planilha encontra-se disponível no QRcode ao lado, podendo ser utilizada por qualquer instituição que tenha interesse.



Já aplicada na rotina dos abrigos parceiros dos residentes em Medicina Veterinária do Coletivo, os resultados se mostram efetivos. Segundo os gestores de um abrigo localizado na cidade de São Paulo:

“O controle de entrada dos gatos no abrigo através da quarentena tem se tornado um grande auxílio no controle de algumas doenças que se disseminam rápido, por exemplo, o Complexo Respiratório, além do auxílio na infestação de pulgas.

Neste controle, através da quarentena, fazemos todo processo de vacinação, teste FIV e FELV dos gatos recém-chegados antes de juntar com os demais já vacinados, assim, conseguimos acompanhar possíveis doenças que podem se manifestar nos dias após a entrada no abrigo.

Já o controle de saída nos permite acompanhar o período de permanência do gato no abrigo e nos nortear para os próximos resgates, tentamos manter um número controlado, porque se o número de gatos aumenta em decorrência do maior tempo de permanência no abrigo, reflete em maior estresse entre eles, maiores chances de ficarem doentes e os gastos com medicação crescem também.

Então, este controle é importante na vida dos gatos, pois reflete na diminuição do estresse e em menos doenças, e para o abrigo, em menor gasto com medicações, possibilitando fazer um planejamento financeiro para novos resgates”.

Com os dados da DP completos, é possível, inclusive, avaliar o número de animais abandonados e pensar em estratégias para implementação de políticas públicas que reduzam o abandono de animais e promovam a adoção. Nesse sentido, foi desenvolvido a Iniciativa “Medicina de Abrigos Brasil – Infodados de Abrigos de Animais” que tem o intuito de, além de promover a ciência da medicina de abrigos no Brasil, ser um banco de dados nacional centralizado e padronizado para estatísticas de abrigos de animais. No site é possível o abrigo se cadastrar e, mensalmente, colocar seus dados da dinâmica populacional. Assim, além de centralizar os dados da DP do abrigo no site que permite extrair em formato de planilha, também contribui para obter dados representativos com base em estatísticas nacionais para o desenvolvimento de políticas públicas que reduzam o abandono de animais de estimação e promovam a adoção. O site da iniciativa pode ser acessado por meio do QR code ao lado.



Com isso é possível garantir melhores práticas nesses ambientes; realizar o monitoramento contínuo do número de admissões e saídas de cães e gatos em abrigos; fornecer às organizações de animais informações necessárias que possam agilizar e dinamizar as operações de acordo com as necessidades de sua comunidade; avaliar resultados das estratégias de manejo existentes de cães e gatos abandonados e que estão em situação de rua; e facilitar a alocação eficaz de recursos do governo e em organizações de bem-estar animal.

Concomitantemente ao registro dos animais e as variáveis da DP supracitadas, é importante realizar o cálculo da capacidade de prover cuidados do abrigo, que considera o espaço disponível, bem como recursos humanos e financeiros disponíveis. Em um estudo observacional realizado por Karsten e colaboradores (2017), em que os conceitos de capacidade de cuidado foram aplicados, aumentando-se o tamanho dos alojamentos e reduzindo a população diária, observou-se diminuição do tempo de permanência, aumento da adoção e redução das chances de morte no abrigo. Estes pesquisadores, da *School of Veterinary Medicine da University of Wisconsin-Madison*, desenvolveram uma calculadora digital para que os abrigos possam calcular sua capacidade de

prover cuidados de forma mais rápida e objetiva. Para entender o passo-a-passo e utilizá-la, basta acessar o QR code ao lado (texto em inglês).

Considerações finais

Uma das grandes problemáticas dos abrigos latino-americanos é a dificuldade que muitos possuem em registrar e fornecer números precisos da sua população, um dos indicadores básicos e fundamentais para a avaliação e monitoramento do “sistema abrigo” (POLATO; GALDIOLI; ROCHA, 2022).

O controle sobre a dinâmica populacional de abrigos é uma maneira de avaliar, por meio da mensuração de taxas de morbidade, mortalidade, entrada e saída (adoção) dos animais, como o trabalho dos abrigos está sendo realizado e se está ou não atingindo seus objetivos, visto que é considerado um local de passagem e não uma habitação permanente.

A presença de protocolos internos em um abrigo facilita a sua gestão e torna o seu trabalho e ações mais efetivas. Como resultado direto, proporciona-se maior qualidade de vida para aqueles que estão alojados, impactando também na taxa de adoção do abrigo. A parceria com pessoas e famílias para que haja maior número de LTs também se torna importante, à medida que diminui os custos financeiros para o abrigo e propicia maior bem-estar aos resgatados.

O funcionamento do abrigo, além de sua capacidade de atendimento, gera um círculo vicioso; o local passa a não ter uma rotatividade, prolongando o tempo médio de estadia dos animais, levando a um aumento na densidade populacional diária. A capacidade de cuidados do abrigo fica fragilizada, refletindo nas condições do local e ameaçando o bem-estar animal. Ao chegar nesse patamar, as Cinco Liberdades não podem mais ser atendidas.

Abrigos e LTs não são a solução para um efetivo controle populacional e nem para o fim do abandono de cães e gatos, mas são fundamentais como casas de passagem para dar uma segunda chance aos animais abandonados, e devem fazer parte de programas de manejo populacional de cães e gatos. Mais do que resgatar, recuperar, ressocializar e reintroduzir na sociedade por meio da adoção, o foco deve ser sempre a diminuição das taxas de abandono por meio de uma educação transformadora, com conscientização da guarda responsável,

sensibilização para se respeitar todas as formas de vida e a mudança de comportamento e atitude em relação aos animais.

Referências bibliográficas:

1. SOUZA, M. F. A. (Org.). BEM-ESTAR ANIMAL EM ABRIGOS DE CÃES E GATOS. Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, 2005. 19 p.
2. GARCIA, R. C. M. Introdução à Medicina de Abrigos. In: GARCIA, R. C. M. ; CALDERÓN, N. ; BRANDESPIM, D. F. **Medicina Veterinária do Coletivo: fundamentos e práticas**. São Paulo: Integrativa Vet; 2019. p. 274-86.
3. MILLER, L.; ZAWISTOWSKI, S. Introduction to animal sheltering. In: **Shelter medicine for veterinarians and staff**. 2.ed. Iowa: Wiley-Blackwell, cap.1, p.3-12, 2013.
4. ARRUDA, E. C. ; NORONHA, J. ; MOLENTO, C. F. M. ; GARCIA, R. C. M. ; OLIVEIRA, S. T. Características relevantes das instalações e da gestão de abrigos públicos de animais no estado do Paraná, Brasil, para o bem-estar animal. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.**, Belo Horizonte, v. 71, n. 1, p. 232-242, Fev. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-09352019000100232&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/1678-4162-10224>.
5. CALDERÓN, N. ; MEJIA, C. ; GONZÁLEZ, J. C. Comportamento animal e bem-estar: problemas e soluções. In: GARCIA, R, C. M.; CALDERÓN, N. BRANDESPIM, D. F. **Medicina veterinária do coletivo: fundamentos e práticas**. 1. ed. São Paulo: Integrativa, 2019. p. 290-309. ISBN: 978-65-80244-00-3.
6. PATRONEK, G. J. ; SPERRY, E. Quality of life in long term confinement. In: August JR (ed). *Consultations in Feline Internal Medicine, Current Therapy 4*. Philadelphia, PA: WB Saunders, 2001; pp 621–34.
7. NATIONAL ANIMAL CARE AND CONTROL ASSOCIATION (NACA). Mays D (ed). *Training Manual*. 2009. Kansas City, MO: National Animal Care and Control Association.
8. MELLOR, D. Updating Animal Welfare Thinking: moving beyond the five freedoms towards a life worth living. **Animals**, [S.L.], v. 6, n. 3, p. 21-41, 14 mar. 2016. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/ani6030021>.
9. NEWBURY, S. ; BLINN, M. K. ; BUSHBY, P. A. ; COX, C. B. ; DINNAGE, J. D. ; GRIFFIN, B. ; HURLEY, K. F. ; ISAZA, N. ; JONES, W. ; MILLER, L. ; O'QUIN, J. ; PATRONEK, G. J. ; SMITH-BLACKMORE, M. ; SPINDEL, M. Diretrizes sobre os padrões de cuidados em abrigos de animais, 2018. 37 p. Disponível em: https://www.premierpet.com.br/shelter_medicine.pdf. Acesso em 24 set 2020.

10. KARSTEN, C. I.; WAGNER, D. C.; KASS, P. H.; HURLEY, K. F. An observational study of the relationship between Capacity for Care as an animal shelter management model and cat health, adoption and death in three animal shelters. **The Veterinary Journal**, v. 227, p.15-22, set. 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.tvjl.2017.08.003>.
11. POLATO, H. Z.; GALDIOLI, L.; ROCHA, Y. S. G. Dinâmica populacional em abrigos de animais. In: Lucas Galdioli; Rita de Cassia Maria Garcia. (Org.). Medicina de Abrigos: Princípios e Diretrizes. 1ed.Curitiba: Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo, 2022, v. 1, p. 82-89.